



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA**

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO
DISTRITO FEDERAL**

Representação nº 47/2020 – G2P

O Ministério Público que atua junto a esse Tribunal, no desempenho de sua missão institucional de defender a ordem jurídica, o regime democrático, a guarda da Lei e fiscalizar sua execução, no âmbito das contas do Distrito Federal, fundamentado no texto do artigo 85 da Lei Orgânica do Distrito Federal - LODF; dos artigos 1º, inciso XIV e § 3º, e 76 da Lei Complementar 1/1994 - LOTCDF; e do artigo 99, inciso I, da Resolução 38/1990 - RITCDF, vem oferecer a seguinte

REPRESENTAÇÃO,

pelos seguintes fatos e fundamentos jurídicos.

O MPC/DF tem recebido inúmeras denúncias a respeito da gestão de pessoas no IGES DF, e seguem abaixo noticiadas.

As primeiras se referem ao excesso de despesas com pessoal, no referido Instituto.

Vale lembrar que a justificativa para a contratação, primeiro do IHBDF, depois, do IGESDF, era justamente a de que o GDF gastava demais com o orçamento da saúde em despesas com pessoal. Importante verificar ser esse um sofisma, como bem ressaltou a competente Auditora de Controle Externo do TCU, Dra Luciene Pereira:

Questionada sobre a diferença entre a Associação das Pioneiras Sociais (Rede Sarah) e o Hospital de Base do DF (HBDF), Luciene falou observou que o custeio de pessoal não difere tanto dos dados do HBDF e da Secretaria de Estado de Saúde



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA**

do DF (SES-DF). Isso porque de acordo com a auditora, na Rede Sarah, com orçamentos de R\$ 890 milhões, em 2015, e desses, 82% foram gastos para pagamento dos funcionários. Vale observar que o percentual praticamente se iguala 83% apontados pela SES-DF para pagamento de servidores na Pasta¹.

Segundo a denúncia recebida no MPC/DF, todavia:

O IGES ESTÁ DESCUMPRINDO A META DE 70% DE GASTOS COM PESSOAL, CONTRARIANDO A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E CONTRATO DE GESTÃO.

Membro da Comissão de Saúde denuncia: **O IGES contratou mais de 90 consultores de coisa nenhuma.** Chegaram denúncias que para todo lado tem apadrinhados políticos com o cargo de consultor e cargo de assessor, com salários maiores do que 15 mil reais e muitos sem ter nem o ensino médio. **Não há limite para cargos de livre nomeação.**

[No] IGESDF, [está] havendo desvio de finalidade com várias irregularidades uma delas é a permanência da Diretora Karinne Borges Mesquita², que deixou de prestar ao IGESDF dia 02 de junho de 2020, onde ela se despediu dos colaboradores por meio de grupo de mensagem de whatsapp. Mesmo sem trabalhar e ter todos os assessores diretos desligados, ela permanece na folha de pagamento do IGESDF sem trabalhar e sem nenhum tipo de serviço ao instituto. **Outros desmandos são os cabides de empregos encontrados no instituto nos cargos de Consultores e de Assessores com elevados salários.** A demissão de colaboradores celetistas aprovados em concurso sem motivação, havendo dispêndio de recurso públicos com tais demissões, sem contar o atraso no pagamento de impostos trabalhistas e FGTS tendo o instituto desembolsado cifras milionárias para pagar juros por atrasos em tais pagamento, deixando de investir em saúde pública³.

Na página do Instituto, encontra-se a foto da Diretora (**Anexo I**): Quem é quem?

¹ <https://www.politicadistrital.com.br/2017/03/28/auditora-do-tcu-aponta-perigos-na-aprovacao-do-instituto-hospital-de-base-do-df-pela-camara-legislativa/>

² Sócia da empresa K B M SERVICOS ADMINISTRATIVOS, CNPJ: 18802233000173, com endereço à QUADRA SHCE/S QD. 803 BLOCO C LOJA 10, CL PARTE A-47, CRUZEIRO NOVO, BRASÍLIA-DF - CEP: 70655833; constando como CNAE Principal: Serviços combinados de escritório e apoio administrativo.

Seu sócio, DIEGO SERGIO DE ALMEIDA, também figura no quadro societário das empresas: i) GDT - EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ: 13008882000183, com endereço à COLONIA AGRICOLA SAMAMBAIA CHACARA 126-G S/N, TAGUATINGA NORTE, BRASÍLIA-DF, CEP: 72110600; com CNAE Principal: Construção de edifícios; juntamente com GERALDO SERGIO FILHO, CPF: 6790291172, e THIAGO SERGIO ALMEIDA, CPF: 87872773104; ii) DIEGO SERGIO DE ALMEIDA; CNPJ: 26333956000107; com endereço à QUADRA SHCES QUADRA 803 BLOCO C LOJA 10, SUBSL PARTE A-58, CRUZEIRO NOVO, BRASÍLIA-DF; CEP: 70655833; com CNAE Principal: Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.

³ Transcrição com correção de grafia.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA**

Ora, o MPC/DF vem de longa data defendendo a inclusão do IGES no cômputo das despesas com pessoal, consoante determina a LRF.

O Instituto, todavia, divulga:

Antes de se tornar instituto, unidade comprometia 74% do repasse com pessoal. Percentual agora é de 68%, mas nova realidade criou distorções⁴

Além das denúncias anteriores, outra se refere à suposta condenação criminal de Chefe no HBDF.

Diligenciando junto ao IGES, esquivou-se. No entanto, a imprensa divulgou notícia a respeito⁵.

Por último, na mídia⁶, houve destaque para o fato de que teria ocorrido “empréstimo” de insumos do IGESDF para o Hospital Santa Luzia, com autorização da então Chefe do Núcleo de Material Esterilizado do IGESDF, Sra. Fabíola Ribeiro de Queiroz de Oliveira, **que trabalhou naquele instituto até dezembro de 2019.**

O MPC/DF, igualmente, diligenciou a respeito, tendo a SES informado que não foi identificado procedimento apuratório, além de constar documento do IGES DF, desta feita, para afirmar que:

- "foi esclarecido pela mesma que os materiais que teriam supostamente sido enviados ao Hospital Santa Luzia (rede particular) não foram de fato emprestados e que devido à necessidade emergencial de assistência ao paciente, o contato entre as partes ocorreu, porém pela diversidade de natureza fiscal e orçamentária das instituições, **o material não saiu do Hospital pertencente à Rede Pública, com destinação à Rede Privada**".

Notício que o MPC/DF enviou ao TCDF os Ofícios nºs 59/2019, 108/2019 e 219/2019 encontrando-se na DIASP3, para ciência e providências que entender cabíveis.

Renovou-se ofício ao IGES/DF⁷, para confirmar a compatibilidade e a carga horária desempenhada pela empregada em questão.

Foram, também, solicitadas informações do Hospital Santa Luzia (Ofício nº 273/2019-GPCF), que esclareceu o período em que a referida Sra. trabalhou naquela entidade – **5.12.2016 a 1.3.2019**, bem como a carga horária (**180 horas mensais – 6x1**) e o

⁴ <https://www.metropoles.com/distrito-federal/saude-df/clt-x-estatutarios-conheca-a-diferenca-salarial-no-hospital-de-base>

⁵ <https://www.metropoles.com/distrito-federal/medico-que-falou-em-colapso-no-base-tem-condenacao-por-homicidio-culposo>.

⁶ <https://www.politicadistrital.com.br/2019/03/23/servidores-denunciam-emprestimos-atipicos-de-insumos-do-hbdf-para-hospital-particular/>

⁷ Ofício nº 216/2019-GPCF



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA**

horário (**16:00 – 19:00 e 19:20 0 22:20**), inclusive aos sábados, ou seja, líquidos, 6 horas por dia e 36 horas por semana.

Na sequência, mediante Ofício nº 002/2020-G2P, reiteram-se Informações ao IGES/DF.

Em resposta, o IGESDF ressaltou que a Sra. Fabíola teria sido admitida em 18.3.2018, para as funções de Coordenadora da Central de Material Esterilizado, com **carga horária de 40 horas semanais, embora tivesse informado anteriormente (fls. 36/37) que a carga horária seria de 44 horas semanais**, deixando de se pronunciar a respeito da existência de vínculo com outra entidade privada e qual o horário diário dos serviços prestados pela empregada:

Desta feita, restituo o presente feito com a manifestação do Núcleo de Cadastro de Folha de Pagamento, que atende integralmente aos itens solicitados. Vejamos:

"Conforme solicitado no ofício 42144299, a colaboradora desenvolvia suas funções como Coordenadora de Central de Material Esterilizado com carga horaria 40h semanal."

Em ato contínuo, também manifestou-se o Núcleo de Cadastro Celetista:

A colaboradora foi admitida em 15/03/2018.

Cumprimentando-a cordialmente, com as nossas homenagens de estilo, em atenção ao OFÍCIO Nº 362/2020-G2P (42386008), por meio do qual esta i. 2ª Procuradoria solicita o envio de informações a respeito da existência de vínculo da empresa desse Instituto, Sra. FABÍOLA RIBEIRO DE QUEIROZ DE OLIVEIRA, com a rede privada, servimo-ns do presente para informar-lhe que, conforme Despacho - IGESDF/SUNAP/GGPES/GECFP/NUCAC (42256964) exarado pelo Núcleo de Cadastro Celetista, da Gerência de Cadastro de Folha Pagamento, do INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, a colaboradora foi admitida em 15/03/2018.

Por sua vez, o Núcleo de Frequência e Escalas, da Gerência de Cadastro de Folha Pagamento, do INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, por meio do Despacho - IGESDF/SUNAP/GGPES/GECFP/NUESC (42208603), informa que a colaboradora desenvolvia suas funções como Coordenadora de Central de Material Esterilizado com carga horaria 40h semanal.

Em pesquisa no *site* do Instituto de Gestão Estratégica em Saúde do Distrito Federal, verifica-se que a Sra. Fabíola deixou de perceber remuneração a partir de janeiro de 2020 (**Anexo II**).

Ademais, no Portal Transparência DF, não se verificou que a referida Sra. tenha recebido remuneração por cargo no âmbito do Distrito Federal. Idêntica pesquisa realizada no Portal Transparência da União também não logrou êxito em localizar pagamento para a Sra. Fabíola.

Todavia, ela seria funcionaria da Rede D'Or São Luiz – Hospital Santa Luzia, que informou a jornada de trabalho e o horário da Sra. Fabíola Ribeiro de Queiroz de Oliveira, enquanto manteve vínculo empregatício com a Rede D'Or São Luiz (Hospital Santa Luzia), de **5.12.2016 a 1.3.2019, com carga horária de 180 horas mensais (6x1), das 16:00h às 19:00h e das 19:20 às 22:20h.**

Assim, tendo sido admitida pelo IGESDF em **18.3.2018**, até data em que deixou de trabalhar no Hospital Santa Luzia, **1.3.2019**, teria acumulado a jornada de **quarenta e**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SEGUNDA PROCURADORIA**

quatro horas semanais no Instituto com a jornada de trabalho no HSL das 16:00h às 22:20h, totalizando, ao que tudo indica, **80 horas semanais**, de segunda a sábado, trabalhando supostamente de 07 da manhã, às 22:20 horas, com pequeno intervalo, que teria que ser suficiente para imaginar o necessário traslado de um nosocômio ao outro e o horário de almoço e jantar.

Sobre o Gerente de Insumos e Logística do IGESDF, não se verificou pagamento de remuneração pelo GDF, tendo percebido remuneração do Instituto, confirmando informação do IGESDF, **até maio de 2019 (Anexo III)**.

As denúncias, como se vê, são muito graves: falta de controle de carga horária; contratação violadora dos princípios da isonomia e do interesse público; despesas excessivas e desarrazoadas, etc.

Ora, as contratações no IGESDF, consoante já defendeu o MPC/DF, não podem fazer tábula rasa dos princípios constitucionais da Administração Pública.

Por isso, o MPC/DF solicita que a Corte ouça o IGESDF:

- 1) Para que se manifeste, no prazo de 10 dias, acerca do teor das denúncias em anexo à presente Representação, justificando, em especial, a carga horária da ex empregada (caso não mais esteja nos seus quadros) Fabíola Ribeiro de Queiroz de Oliveira e, bem assim, o desligamento de Diretora Karinne Borges Mesquita, que ainda permaneceria nos quadros da entidade, conforme se prova ao ser consultada a página web da entidade; e
- 2) Informe ao TCDF, no mesmo prazo:
 - a) quantidade de empregados atualmente existentes no IGES/DF (nomes, CPF, empregos, salários e lotações); a proporção do valor da folha em relação ao contrato de gestão; a prova da submissão desses gastos aos limites da LRF; e a quantidade de consultores/assessores, destacadamente, com seus nomes e CPF, atribuições, carga horária, valores salariais e forma de contratação.

Após, o MPC/DF opina para que os autos sejam enviados à competente SEFIPE, para análise (inclusive nota de rodapé 2) e retornem, em prazo exíguo, para julgamento desta Corte.

Brasília, 15 de julho de 2020.

**CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
PROCURADORA**